

# Outro impacto na Educação

O ano escolar brasileiro foi ampliado por decreto, passando de 180 para 200 dias letivos/ano. O mesmo texto legal estabeleceu também que até 1993 a carga horária diária das escolas passará das atuais quatro para seis horas/aula. Como a ninguém é dado o direito de investir contra o bom senso, qualquer providência oficial que indique possibilidade de maior permanência do aluno na escola só pode ser acolhida com elogios. No entanto, persistem dúvidas quanto à oportunidade da medida, tendo em vista a realidade do cotidiano escolar do País.

Essa proposta de aumentar o ano letivo sempre foi sustentada em comparação com a carga horária dos países desenvolvidos. Comparações estatísticas nem sempre são eficientes: elevar o número de horas/aula oferecido não nos coloca obrigatoriamente no mesmo plano do padrão de ensino do Primeiro Mundo. Se o Brasil oferece 25 horas semanais, a estatística garante, por exemplo, que a França oferece 27. Será que são essas duas horas a mais de permanência na escola, por semana, que contribuem para estabelecer as grandes diferenças na qualidade de ensino ministrado nos dois países?

O "Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área de Educação" recentemente anunciado registrou a presença de 250

mil professores leigos — um terço do total — ao lado de "um estoque de 600 mil professores formados" em nível médio que não exercem o magistério porque não se interessam pela profissão. Se somos obrigados a admitir o "professor-possível" nessas dimensões, como atender à demanda que inevitavelmente crescerá com maior quantidade de horas aula/dia? Onde os encontrar, seja em São Paulo — onde em 1989 50 mil aulas não foram dadas porque não havia professores —, seja em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, onde os alunos cruzaram a fronteira com o Paraguai em busca de ensino público depois de meses sem aula por falta de professores...

Por que 600 mil educadores procuram outra profissão? Responder a essa pergunta é a verdadeira prioridade, que só será atendida de fato com um definir de uma política educacional, dispensadas, por inúteis, as medidas de impacto. Com uma política educacional construída a partir do real chegaríamos, com seriedade e por evolução, à possibilidade de aumentar o ano letivo. Mas como pedir seriedade no campo da Educação neste país, se até mesmo os livros didáticos oficiais, de distribuição obrigatória, este ano só chegarão às mãos das crianças, conforme promessa do governo, três meses depois do primeiro dia de aula?

ESTADO DE SÃO PAULO 27 JAN 1991